



A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO: Uma Análise da Proposta de Reforma da Educação Brasileira introduzida pela Lei nº 5.692/71

Elisabete M. F. Simões de Almeida, Luciene Weber B. Hees, Thais Regina S. A. Ribeiro, Vitor de Olivera Ribeiro*

Resumo

O trabalho em questão tem por objetivo discutir e analisar os objetivos e o processo de profissionalização do ensino médio promovida pela implantação da Lei nº 5.692/71. Estabeleceu-se como recorte temporal o período entre as primeiras medidas adotadas após o Golpe Militar de 1964 até o encerramento de sua vigência em 1985. A partir de conceitos já estabelecidos por Afro do Amaral Fontoura, Arnaldo Niskier, Dermeval Saviani e Luiz Antônio Cunha, entre outros, abordou-se questões que influenciavam o cenário político-econômico e as transformações ocorridas no contexto da implantação da lei, para analisar o contexto em que o Brasil esteve inserido e qual as intenções do governo ao promover a reforma da educação do ensino médio por meio da Lei nº 5.692/71. Trata-se de um estudo qualitativo de natureza descritiva.

Palavras-chave:

Educação; Profissionalização; Ensino Médio..

Introdução

Esse estudo tem como objetivo analisar o contexto social, econômico e político do Brasil frente às mudanças no cenário econômico internacional durante a vigência do regime militar (1964-1985), a fim de compreender o que motivou a implantação da Lei nº 5.692/71, e quais foram os reflexos na política educacional brasileira.

De todos os eventos ocorridos na história brasileira ligados a economia e educação, o Golpe Militar de 1964, certamente foi o que deu abertura para a mais significativa mudança no cenário nacional. Niskier, (1974, p.19), declara que a partir “[...] da Revolução de 1964, generalizou-se a crença da sua importância (da educação), dentro da perspectiva de que o homem é o objetivo que se tem em vista. A meta a ser alcançada” segundo o autor, “é a transformação do Brasil numa grande potência, no espaço de uma geração, [...]”. Em relação a isso Niskier (1974, p.20), é enfática ao afirmar que “[...] o pressuposto filosófico básico da política educacional é a Educação para o Desenvolvimento.” Segundo ele “[...] a efetiva revolução na educação,” tem como finalidade a “melhoria da qualidade do ensino, aumento de produtividade do sistema educacional e integração da educação como desenvolvimento científico e tecnológico e com o desenvolvimento global do País”.

É nesse momento que o governo se vê diante de uma nova realidade, a necessidade de mão de obra qualificada que supra a carência do setor industrial que cresce a cada dia por meio dos investimentos estrangeiro. Isso leva o governo a olhar para o setor da educação como sendo o meio pelo qual poderá prover os recursos que necessita. Desta forma, a educação brasileira, antes fundamentada num contexto humanista “[...] isto é, de formação geral do espírito dentro dos princípios da cultura clássica, da “filosofia perene” das belas letras, e enfim do saber universal” (FONTOURA, 1972, p. 19). Assim a profissionalização do ensino médio foi implantada a fim de atender a política econômica adotada pelo Brasil.

Resultados e Discussão

Essa pesquisa teve caráter essencialmente bibliográfico e como fontes principais foram elencadas a obra de

Fontoura (1972), que trata sobre a reforma do ensino através de uma análise das diretrizes e bases para o 1º e 2º grau do ensino médio, trazendo uma visão importante do tema uma vez que versa sobre o assunto escrevendo o seu livro um ano após a implementação da lei e o faz apresentando um parecer positivo sobre a mesma. Niskier (1974), que destaca a esperança trazida com a formulação da lei e como a sociedade viu a sua efetiva prática. Cunha (1977), que trata sobre os acordos Mec-Usaid e seu impacto no sistema de ensino superior brasileiro reforçando ainda mais a compreensão da participação ou interferência do governo internacional Americano na política brasileira e, SAVIANI (1988), que tratará sobre a política educacional no Brasil, destacando em especial seus pontos positivos e negativos, avanços e retrocessos.

A análise destas obras e de outros referenciais bibliográficos permite afirmar que durante o período do Regime Militar (1964-1985) o governo brasileiro empreendeu diversos esforços a fim de transformar o país em uma nação economicamente forte. Para isso, utilizaram-se investimentos estrangeiros que impactaram as políticas internas do país. Desta forma, a educação foi não somente influenciada, mas também utilizada a fim de alcançar a reforma da econômica do Brasil.

Conclusões

O estudo da implantação da Lei nº 5.692/71 mostra que a única finalidade do governo ao investir na educação teve finalidades econômicas. Uma vez que tal reforma não foi alcançada, como se esperava, o Ensino Médio, se mantém até o hoje sem uma reforma efetiva.

CUNHA, Luiz Antônio. Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Eldorado, 1977.

FONTOURA, Afro do Amaral. A Reforma do ensino: diretrizes e bases para o estudo de 1. e 2. Gaus. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Gráfica Editora Aurora, 1972.

NISKIER, Arnaldo. A Nova escola. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bloch Educação, 1974.

Agradecimentos

Agradecemos ao UNASP-EC e ao Programa PIBID/CAPES pela ajuda e financiamento desta pesquisa.